

Seminário 11 – 14.06.2023

Associações e fundações

Situação A

Márcia se mudou recentemente para um imóvel localizado em um bairro loteado no interior de São Paulo. Na mesma semana, Laura também se mudou para o mesmo bairro, ocupando o imóvel vizinho ao de Márcia. Quando da entrega dos respectivos imóveis, ambas foram informadas de que os moradores do bairro constituíram uma associação de moradores para cuidar da manutenção das ruas e espaços públicos, bem como para pagar um serviço de vigilância comunitária. Márcia manifestou interesse em associar-se e, após assinar um documento de adesão aos termos do estatuto, passou a frequentar as assembleias dos associados. Laura, por sua vez, decidiu não se envolver com a associação.

Considerando esse cenário, responda justificadamente:

1. Imagine que a associação de moradores envie a Laura um boleto de cobrança por uma taxa pelos serviços de manutenção prestados no bairro. Indignada com a cobrança, Laura ajuíza uma demanda afirmando que nunca anuiu aos termos do estatuto, e que por isso a cobrança fere o seu direito fundamental à liberdade de associação. A associação se defende afirmando que Laura se beneficia dos serviços por ela prestados, sendo a taxa um meio de evitar seu enriquecimento indevido. Diante dos dispositivos legais e constitucionais pertinentes e da bibliografia indicada, como a demanda deverá ser solucionada?
2. Imagine que, após alguns anos, Márcia venha a falecer, e a associação se torne insustentável do ponto de vista financeiro. Reunidos em assembleia, os associados resolvem dissolvê-la. Nesse momento, a associação ainda era titular de um imóvel e de quantias depositadas em algumas contas bancárias. Qual é a destinação que deve ser dada a esse patrimônio, sabendo-se que cada associado tinha direito a uma quota de valor específico? Os herdeiros de Márcia podem receber a sua quota?
3. Quais são as principais diferenças e semelhanças entre as modalidades de pessoa jurídica “sociedade simples”, “associação” e “fundação”?

Situação B

Clotilde, empresária de sucesso, deseja usar uma parte do patrimônio amealhado ao longo de sua carreira a um bem maior, e decide criar uma fundação para oferecer gratuitamente cursos de qualificação técnica a jovens de baixa renda. Ela entra em contato com os seus advogados para aprender exatamente como realizar esse objetivo.

1. Depois do ato de instituição, Clotilde se arrepende de sua decisão e decide revogá-lo e destinar os bens nele indicados a outra finalidade. Isso é possível do ponto de vista jurídico?
2. Imagine que a fundação, para financiar a instalação de uma nova unidade educacional em outro município, firme um contrato de mútuo oneroso com um banco, hipotecando um imóvel próprio, e que o empréstimo e o contrato de hipoteca sejam regularmente assinados por seus representantes legais, na forma do estatuto. Considerando abusiva a taxa de juros do mútuo e inviável o comprometimento do patrimônio da fundação com a dívida, o Ministério Público, na condição de fiscal da fundação, ajuíza uma ação civil pública para declarar a nulidade desse ato. Como a demanda deve ser solucionada?